



2007/02/09

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR: UMA QUESTÃO FULCRAL

José Castanho Paes

Portugal e o Mar

Reconhecida consensualmente a importância do mar para Portugal, tal como sistematicamente a nossa longa História o tem provado, mais uma vez, num ciclo de crise nacional, se levantou a questão da premissa de definir e adoptar uma Estratégia Nacional para o Mar. Ora o reconhecimento desta grave lacuna na nossa vida colectiva é também a prova evidente de que, ao longo das últimas décadas, houve incúria e falta de uma visão estratégica global para o País por parte dos responsáveis pela condução dos seus destinos.



Mas como diz o velho ditado, mais vale tarde do que nunca. Procurar então recuperar o tempo perdido torna-se assim uma obrigação inalienável para todos os portugueses com plena consciência dessa premente necessidade, contribuindo dentro das suas capacidades, conhecimentos e possibilidades para o arranque de um projecto nacional de grande envergadura e que se traduzirá seguramente numa sólida mais-valia para o futuro da nossa colectividade.

É, pois, dentro deste espírito que decidimos efectuar algumas reflexões sobre esta importantíssima matéria, na medida em que estamos profundamente convictos de que se encontram actualmente em jogo altos interesses nacionais que, na actual conjuntura internacional e dentro de uma visão estratégica prospectiva, se torna imperioso defender e acautelar.

Resolução do Conselho de Ministros: uma luz ao fundo do túnel!

A Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2006, de 16 de Novembro, trouxe finalmente, na sequência de anteriores diligências, uma “luz ao fundo do túnel”. Ela apresenta uma efectiva orientação estratégica para a abordagem do tema em apreço e aponta as iniciativas a tomar pelo Estado e pela sociedade civil no sentido de se aproveitarem, de forma mais racional e eficiente, as grandes potencialidades que o Mar e o nosso vasto património marítimo encerram como vectores de interesse decisivo no traçado de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do País.

Trata-se, em nossa modesta opinião, de uma resolução muito bem delineada, justificando, com consistente e ajustada argumentação, a necessidade de uma estratégia nacional para o mar, fazendo um enquadramento histórico recente das acções desenvolvidas ao longo da última década, enumerando as dificuldades que se apresentam para traçar os melhores rumos dessa estratégia e indicando os pilares, os meios, as acções preliminares e as prioridades a ter em conta na sua definição.

Só que esta importante e indispensável Resolução mais não é que a primeira pedra de um grande edifício a construir. É no fundo a expressão do reconhecimento da relevância de um problema que urge resolver, bem como uma declaração de boas intenções no respeitante às iniciativas que se impõem para a sua resolução. Daí ao conjunto de decisões parcelares a tomar, em obediência a planos e programas integrados, muitos deles cruzando transversalmente vários sectores das actividades nacionais, há naturalmente um longo e árduo caminho a percorrer.

E como esse caminho não é fácil, implicando medidas de curto, médio e longo prazo e um intenso trabalho de coordenação inter-sectorial e multi-disciplinar, nada melhor do que procurar que ele obtenha um consenso nacional alargado, especialmente a nível político. Queremos com isto dizer que deveria ser objecto de um pacto de regime obtido na Assembleia da República, através de um acordo político-parlamentar entre o partido do Governo e partidos da oposição. A extraordinária importância, complexidade e abrangência do assunto, bem como a extensão ao longo de várias legislaturas de muitas das medidas a tomar, mereceriam em nosso entender esse esforço, tal como já aconteceu na área da Justiça.

Um pacto desta natureza teria assim que incidir essencialmente nas linhas e pilares estratégicos a adoptar e correspondentes factores críticos de sucesso (tal como apresentado na Resolução), nos objectivos a atingir e nos aspectos passíveis de assegurar uma linha de continuidade no próprio planeamento e programação das medidas a tomar.

Os pilares estratégicos e os factores de sucesso

Não querendo de modo algum contestar o extremo cuidado, a muita competência e o criterioso trabalho de análise e síntese que ressaltam da Resolução, há no entanto alguns pontos respeitantes aos pilares estratégicos, tidos como factores críticos de sucesso, que nos suscitam comentários.

Relativamente ao primeiro dos pilares identificados – *o conhecimento* – importa salientar que todo e qualquer projecto ligado ao mar deveria sempre ser estudado e analisado, no mínimo, à luz das seguintes vertentes:

- A sua viabilidade e interesse em termos económicos e sociais;
- O seu enquadramento legal (nacional e internacional) e as correspondentes limitações e facilidades;
- O seu impacte ambiental;
- Os aspectos positivos e negativos das suas ligações e interferências inter-sectoriais;
- A sua componente inovativa e de I&D e o seu contributo para a melhoria do “know-how” nacional.

Assim, admitimos que estes itens poderiam constituir-se como a matriz básica de avaliação a considerar na validação de potenciais projectos ligados ao mar.

Ao invés, seria também de todo o interesse que todo e qualquer projecto nacional de significativa envergadura incluíssem sempre no seu estudo os eventuais impactes em relação ao mar e às actividades marítimas. A título de exemplo, remetamo-nos à polémica levantada acerca da reestruturação das unidades de urgência dos hospitais. O Presidente da Câmara Municipal de Peniche, em determinada intervenção sobre este assunto, chamou a atenção para o facto de que se deveria procurar que os direitos dos pescadores e demais cidadãos que andam no mar fossem idênticos aos dos cidadãos que tem os pés firmes em terra, especialmente numa matéria em que está em jogo a pretensa equidade de tratamento no respeitante à salvaguarda da vida humana. A este propósito ouvimo-lo afirmar, pensamos que com toda a razão, que no mapa de Portugal apresentado em várias cores, com os resultados do estudo elaborado sobre os tempos de transporte em ambulância entre todas as povoações do País e os hospitais com serviços de urgência mais próximos, faltava a cor azul do mar, querendo com isto dizer que as emergências no mar foram pura e simplesmente esquecidas nesse estudo. É óbvio que o afastamento de serviços de urgência hospitalar de junto do litoral implica necessariamente um acréscimo no tempo de evacuação de cidadãos, acidentados ou vítimas de doença súbita, que se encontrem no mar, aumentando-lhes a desvantagem que na grande maioria dos casos já têm em relação aos cidadãos em terra.

Relativamente ao segundo pilar estratégico – *o planeamento e ordenamento espaciais* – pensamos que ele está pouco explícito no que se refere à essência do seu conteúdo. É que, para além de reconhecer “a dificuldade verificada na partilha de responsabilidades pela gestão do oceano”, julgamos que da forma como se procurar atacar e ultrapassar essa dificuldade é que dependerá em grande parte o sucesso da implementação de uma verdadeira estratégia para o mar. O levantamento de uma “estrutura de coordenação”, conforme referido na Resolução, não se pode restringir à criação de uma “comissão interministerial para os assuntos do mar (CIAM)” sem especificar se a sua composição é eminentemente de natureza política ou técnica, ou mista.

Quanto a nós, a estrutura de coordenação, para ser eficiente tem que distinguir claramente dois níveis de actuação: o político e o técnico, porque em qualquer deles há imperativos de coordenação que não se podem escamotear, a bem do sucesso deste tão difícil quanto aliciante desígnio nacional. Trata-se de um ponto-chave para esse desejável sucesso, merecedor por isso da máxima atenção.

Seguindo tal linha de raciocínio, optaríamos então pela distinção entre esses dois níveis de actuação, que mais especificamente seriam os seguintes: *o político-estratégico e o técnico-científico*, ficando o segundo obviamente subordinado ao primeiro. Ao primeiro nível competiria decidir sobre as orientações e linhas estratégicas a seguir, bem como sobre o planeamento, programação, financiamento e coordenação superior das medidas a tomar. Ao segundo nível competiria, conseqüentemente, o aconselhamento sobre as decisões a tomar ao primeiro nível e o desenvolvimento dos estudos necessários a essa acção de aconselhamento, bem como a execução das medidas decididas em obediência ao planeamento, programação e financiamento superiormente aprovados.

Para a estrutura do primeiro nível sugeríamos a criação de um *Conselho Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM)*, e não uma Comissão conforme definido na Resolução do Conselho de Ministros, para cuja composição se vislumbram duas soluções possíveis, qualquer delas sempre presidida pelo Primeiro-Ministro:

- Os Ministros dos Ministérios (pelo menos onze) que têm competências em matérias que respeitam ao mar e seu interface com a terra, e o Secretário de Estado dos Assuntos do Mar.
- Os Ministros e uma grande parte (senão todos) dos Secretários de Estado dos aludidos Ministérios.

Para o segundo nível preconizávamos a utilização de três tipos de estruturas:

- 1) Uma *Comissão de Coordenação Técnico-Científica* (CCTC) que integrasse os Directores-Gerais, Directores e Presidentes, ou seus legítimos representantes, de organismos, comissões e instituições universitárias, académicas e culturais, públicas e privadas, com expressivas competências e conhecimentos nas referidas matérias, bem como outras entidades de reconhecido mérito e conveniência (por exemplo, alguns dos actuais integrantes da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar);
- 2) Os Grupos de Trabalho que se tornem necessários para apoio das competências da CCTC;
- 3) As normais estruturas orgânicas dos Ministérios e organismos dependentes envolvidos.

À CCTC competiria:

- Reunir para se pronunciar, através de pareceres ou actas sobre os memorandos, informações, estudos, projectos de directivas ou de diplomas legislativos, ou quaisquer outros documentos ou temas que lhes sejam apresentados pelo CIAM;
- Propor a criação dos Grupos de Trabalho que se tornem necessários para o desenvolvimento de estudos intersectoriais de suporte à produção dos pareceres pedidos pelo CIAM;
- Supervisionar e orientar o trabalho dos Grupos de Trabalho criados sob sua proposta.

Aos Grupos de Trabalho, os quais devem integrar elementos de estruturas orgânicas e organismos dependentes de diferentes Ministérios e de outras instituições públicas e privadas, competiria a elaboração dos estudos e relatórios determinados pela CCTC.

Às próprias estruturas orgânicas dos Ministérios e organismos dependentes competirá naturalmente executar as acções e tarefas que, através dos diversos níveis hierárquicos, permitirão que se cumpram e concretizem as medidas determinadas pelo respectivo Ministro, decorrentes das decisões tomadas no âmbito do CIAM.

Aparentemente esta proposta parece apontar para uma estrutura demasiado pesada para ser eficaz, sobretudo pela sua natural tendência para uma capacidade de resposta lenta às múltiplas solicitações de um projecto desta envergadura, mas pensamos que só com o empenhamento responsável dos órgãos políticos de soberania e dos dirigentes dos serviços e instituições públicas e privadas, com competências e conhecimentos nos sectores e actividades que a ele respeitam, liderando, opinando e decidindo ao mais alto nível sobre os aspectos mais complexos e determinantes para a definição dos rumos a seguir e das metas a atingir, é que se poderá avançar para a recolocação do mar no centro das atenções nacionais, sensibilizando e mobilizando a sociedade em geral através do exemplo vindo de cima.

À larga transversalidade sectorial dos assuntos do mar tem de se responder com uma alargada co-responsabilização, tanto no campo político como no campo técnico-científico. E isto não se pode fazer sem o diálogo e a participação conjunta dos co-responsáveis que compõem a estrutura de coordenação estabelecida, para cada um desses níveis de actuação, no desenvolvimento dos respectivos trabalhos de análise e síntese integradas dos diversos contributos sectoriais que respeitam a cada questão levantada.

A importância de um elo de ligação

Um aspecto de grande importância na estrutura de coordenação dos assuntos do mar parece-nos ser a do estabelecimento de um elo de ligação entre os níveis de acção político-estratégico e técnico-científico, ou seja, um elo destinado a assegurar, de modo permanente, a interface entre os sugeridos CIAM e CCTC.

Pensamos que uma boa forma de o conseguir seria a de retirar a Secretaria de Estado dos Assuntos do Mar da alçada do Ministério da Defesa Nacional e colocá-la na directa dependência do Primeiro-Ministro. O Secretário de Estado dos Assuntos do Mar poderia então acumular as funções de secretário do CIAM e de presidente da CCTC, constituindo assim o elo de ligação formal entre esses dois órgãos. E para que o Secretário de Estado pudesse ser melhor apoiado nas suas

funções de presidente da CCTC e substituído nos seus impedimentos, seria nomeado um vice-presidente por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta do próprio Secretário de Estado depois de ouvida a Comissão.

As vantagens desta solução parecem-nos evidentes em termos da articulação entre os respectivos níveis de acção.

Por outro lado, o “staff” da Secretaria de Estado dos Assuntos do Mar ficaria com a responsabilidade de dar todo o apoio administrativo e de secretariado tanto ao CIAM como à CCTC e Grupos de Trabalho constituídos no âmbito desta última, incluindo o arquivo e tratamento de dados sobre assuntos do mar e a divulgação da informação tida por conveniente.

Conclusão

Em conclusão, diríamos que a adequação estrutural de uma organização aos seus objectivos é sem dúvida um dos pontos-chaves do seu sucesso, mas só por si não chega. É do conhecimento empírico comum que imediatamente se lhe segue, também como importante factor de sucesso, a qualidade, carácter e adequação funcional dos recursos humanos que a servem e, muito especialmente, os que são colocados nas posições cimeiras da sua hierarquia. Competência profissional, motivação e vontade de atingir objectivos, vencendo dificuldades, constituem o que seria desejável esperar das personalidades que se vão empenhar e contribuir para a concretização da Estratégia Nacional para o Mar.

Por fim, não nos parece descabido referir que o lançamento deste grande projecto nacional não é compatível com guerrilhas e questiúnculas institucionais, infelizmente muito típicas da sociedade portuguesa. A tendência para a dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros, criando novas e dispendiosas estruturas redundantes, sem o “know-how”, a experiência acumulada e a capacidade logística das que já existem com provas dadas, podem não constituir factores de progresso mas sim de retrocesso. Executem-se as reformas necessárias em obediência aos princípios da racionalidade económica, do aproveitamento de sinergias, da complementaridade dos meios envolvidos e da clara definição da partilha de responsabilidades.

A realidade histórica é que os portugueses sempre melhoraram a sua própria identidade e condições de vida quando mais se viraram para o mar. Virarmo-nos novamente para o mar talvez constitua a chave para a desejada ultrapassagem da crise que presentemente nos atormenta.

62 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/04

QUO VADIS ESTRATÉGIA MARÍTIMA EUROPEIA?[1]

José Rodrigues Pedra[2]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/10/30

O SENHOR MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E A SALINIDADE DAS ÁGUAS

José Castanho Paes[1]

2011/10/20

BILHETE DE IDENTIDADE MILITAR[1]

Fernanda Maria Costa[2]

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/09

ESTUDOS SOBRE O FUTURO DO FENÓMENO DA GUERRA

João Nunes Vicente[1]

2011/01/14

JOSÉ MOURINHO, UM PORTUGUÊS DE QUINHENTOS

João Brandão Ferreira

2010/12/27

A POLÍCIA QUE NÃO PODE PRENDER[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/09/30

A SEGURANÇA NO MAR PORTUGUÊS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/25

AS COLIGAÇÕES NO DOMÍNIO MARÍTIMO. O PRESENTE. QUAL O FUTURO?

José Pereira da Cunha[1]

2010/07/12

FORÇAS ARMADAS: INÚTEIS OU INDISPENSÁVEIS?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/07/08

O MAR DO FUTURO[1]

Armando Dias Correia[2]

2010/04/05

SUBMARINOS, AFINAL PARA QUÊ?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/02/17

AFINAL O QUE É A PIRATARIA?

Eduardo Serra Brandão[1]

2010/01/24

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL, AS CAUSAS PROVÁVEIS – AS SOLUÇÕES POSSÍVEIS[1]

Eduardo Serra Brandão[2]

2009/07/07

O TGV E A DEFESA NACIONAL

João Brandão Ferreira

2009/03/24

LANÇAMENTO DE LIVRO – “A LARANJA MACULADA – TERRORISMO NO MAR PORTUGUÊS”

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/12

DIPLOMACIA ECONÓMICA: O QUE É? [1]

Daniela Siqueira Gomes[2]

2008/06/01

A PASSAGEM ÁRCTICA DO NOROESTE[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/18

BEMPOSTA ON THE ROAD - UM CONCEITO DIPLOMÁTICO

Bruno Caldeira

2008/04/14

A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/03/28

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE III

José Vale Faria[1]

2008/03/27

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE II

José Vale Faria[1]

2008/03/26

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE I

José Vale Faria[1]

2008/02/16

O QUE HÁ DE NOVO NA “INTELLIGENCE?”[1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/01/28

DUALIDADES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS PORTUGUESAS

João Brandão Ferreira

2007/12/22

ACORDEM PORTUGUESES!

João Brandão Ferreira

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/08/13

A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO: RUMO À ERRADICAÇÃO DA POBREZA?

Daniela Siqueira Gomes

2007/08/08

OCEANO ÁRTICO: A ÁRDUA DISPUTA RUSSA PELAS RIQUEZAS NATURAIS DA REGIÃO.

Gilberto Barros Lima [1]

2007/07/31

IDENTIDADE E INDIVIDUALIDADE NACIONAL PORTUGUESA

João Brandão Ferreira

2007/07/18

O MARXISMO

Pedro Conceição Carvalho

2007/07/04

FASCISMO E NAZISMO

Pedro Conceição Carvalho

2007/06/20

O SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA INTERNA (SISI) E A SUA ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA (SIRP)[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/29

OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES NO MUNDO ACTUAL[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2007/05/22

LIMITES À PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

Jorge Silva Carvalho

2007/05/19

A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA – CONTINUAÇÃO DA REFORMA[2]

Jorge Silva Carvalho[1]

2007/05/10

INTELIGÊNCIA E DEFESA NA TRÍPLICE FRONTEIRA: IMPACTOS DO ÚLTIMO RELATÓRIO DO

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA PARA O BRASIL

Fábio Pereira Ribeiro[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/02

SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E A DEFESA DA NAÇÃO[2]

Fábio Pereira Ribeiro[1]

2007/04/27

POLÍTICA DE DEFESA E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: PRIORIDADES PARA UM PAÍS COMO O BRASIL [1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

POLÍTICA DE DEFESA: INTERESSES NACIONAIS EM JOGO

Fábio Pereira Ribeiro[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/10/26

O DIREITO À GUERRA JUSTA[2]

João Vicente[1]

2006/10/26

A GEOPOLÍTICA DE RATZEL, LA BLACHE E KJELLEN E O ECLODIR DA I GRANDE GUERRA

Hugo Palma[1]

2006/05/06

CICLO DE CONFERÊNCIAS «PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS» - INFORMAÇÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/03/28

PARA UMA LEITURA ESTRATÉGICA DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES LUSO-MAGREBINAS

João Brandão Ferreira

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/19

A GUERRA DOS CARTOONS

Alexandre Reis Rodrigues

2006/02/25

DIREITOS HUMANOS: VIOLAÇÃO E GUERRA CIVIL

Marcelo Rech[1]

2006/02/19

AFINAL, HUNTINGTON TINHA RAZÃO? SE NÃO FOR O PARADIGMA DAS CIVILIZAÇÕES, ENTÃO QUAL É?

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/02/07

A PAZ

João Brandão Ferreira

2006/02/05

GEOPOLÍTICA PÓS-MODERNA: REPENSAR A GEOPOLÍTICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/01/09

FILOSOFAR É PRECISO

João Brandão Ferreira